

Lutando por áreas verdes: movimentos ambientais em Fortaleza

ADEMIR DA SILVA COSTA

Resumo

Este artigo apresenta as campanhas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza, cidade do semiárido brasileiro, no contexto da expansão capitalista e sob a influência de secas e enchentes. Adotando métodos da história oral e da observação participante, conclui que os modelos urbanísticos importados e a especulação imobiliária desrespeitam os postulados da sustentabilidade.

Palavras-chave: Movimentos Ambientais; Áreas Verdes; Urbanismo; Seca; Nordeste do Brasil.



Fighting for green areas: environment movements in Fortaleza

Abstract

This article presents the environmental movement campaigns for green areas in Fortaleza, city located at the Brazilian semiarid, in the context of capitalist expansion and under the influence of drought and flooding. Using oral history and participant observation methods it concludes that imported urban models and real real estate speculation violate the principles of sustainability.

Keywords: Environmental Movements; Green Areas; Urbanism; Drought; Northeast Brazil.

ADEMIR DA SILVA COSTA

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É jornalista com especialização em Teorias da Comunicação e da Imagem e em Economia. Trabalha como editor de publicações científicas do Banco do Nordeste do Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar as lutas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza, Ceará, um dos Estados do Nordeste semiárido brasileiro, sua ocupação sob a influência de secas e cheias e sua expansão urbana a partir de modelos importados e dos imperativos da especulação imobiliária.

Os estudos de cunho socioambiental surgiram ainda no século XVII, fluindo para a biologia organísmica no século XIX. O materialismo de Epicuro, vindo da Idade Antiga, está na gênese desses estudos, ao inaugurar a postura filosófica e científica segundo a qual a natureza é fonte da compreensão do mundo material e das características sociais do homem. Para essa escola, homem e natureza, interdependentes, estão em simbiose, não há determinismo, mas liberdade na história. São as bases para uma teoria do conhecimento em que ciências naturais e sociais têm ou podem ter uma unidade essencial de método (FOSTER, 2010; CAPRA, 2006).

Historicamente, a tradição epicurista está na raiz dos estudos de Bacon, Kant, Hegel e Marx, formando as teses fundamentais para a visão de mundo prevalecente hoje. Segundo Marx (2011), o capital gera a cisão na sociedade capitalista com o trabalho assalariado. Torna-se um imperativo restaurar a unidade com a natureza para o equilíbrio entre o natural (primeira natureza) e o social (segunda natureza). Na perspectiva do materialismo histórico dialético, a partir do presente é possível identificar os elementos essenciais para se compreender o passado.

Em um ambiente físico que se complexifica até as megacidades (ODUM; BARRET, 2008), os homens se aglomeram. Quebrada a integração natureza-homens, estes vivem em um misto de meio natural e construído (SIRKIS, 1999). Na condição de um ser aberto às relações, a pessoa engendra a cultura, constituída por tudo o que o ser natural pessoa elaborou com o outro, aí incluídos seus semelhantes, a natureza e o transcendente (Figura 1). O homem é, portanto, parte da natureza e a natureza é sua morada. Altera a natureza, sua casa, em benefício da sua sobrevivência e, nas interações com o ambiente natural que inclui seus iguais, gera cultura e até transforma a si mesmo.



Figura 1 – A pessoa como sistema aberto às relações

Fonte: Elaboração própria do autor.

Conforme proposto, a cultura abrange os sistemas econômicos e o capitalismo hegemônico é a atual “estrutura econômica da sociedade” (MARX, 1978, p. 129-130) na qual predominam as relações de classe entre os capitalistas e os proletários. Neste âmbito, a expansão do capital “agride os recursos socioambientais, avançando predatoriamente sobre a natureza; torna redundante a vida do ser humano; gesta populações supérfluas, põe em risco a vida no planeta” (CARVALHO, 2008, p. 18).

Para obter lucro, o capitalismo precisa de trabalho, ciência e tecnologia. Tal casamento causa desemprego (OLIVEIRA, 2006; GUIMARÃES, 2007) e destruição da natureza, crateras de onde se extraem os insumos, montanhas de dejetos e a “destruição e desconstrução de direitos. Somos despojados do ‘direito de ter direitos’” (CARVALHO, 2008, p. 19). Como afirma Oliveira (2006, p. 8), a supressão de um ambiente sadio constitui “um impedimento à qualidade de vida para as maiorias”.

Com a crise desencadeada pelo capital corrompem-se as relações sociais. “Para entender os fatos sociais, políticos, culturais

e econômicos da sociedade capitalista atual, faz-se necessária sua contextura ao desenvolvimento do capital” (OLIVEIRA, 2006, p. 42). Este contexto é o oceano onde navegam as lutas por equidade ecológica e contra o racismo ambiental, protagonizadas por movimentos sociais por cidades sustentáveis e analisadas pelos estudiosos de diversas áreas do conhecimento ouvidos nesta pesquisa.

A cidade nasceu com base em estratégias alienígenas e se expandiu desrespeitando o desenvolvimento sustentável, tal como expresso no documento “Nosso Futuro Comum”, das Nações Unidas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Ora, a sustentabilidade comporta as dimensões ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial (Quadro 1). Estes são os critérios para a urbanização.

Quadro 1 – Dimensões da sustentabilidade

a	Ecológica: conservação da base física do processo de crescimento e manutenção dos estoques de capital necessários às atividades produtivas;
b	Ambiental: relativa aos ecossistemas;
c	Social: a melhoria da qualidade de vida da população;
d	Política: construção da cidadania, com plena participação das pessoas no processo de desenvolvimento;
e	Econômica: gestão eficiente dos recursos e regularidade dos fluxos de investimento público e privado;
f	Demográfica: limites da capacidade de suporte do território e de sua base de recursos;
g	Cultural: diversidade de costumes, valores e práticas que compõem a identidade de um povo;
h	Institucional: criação e fortalecimento de engenharias institucionais e/ou de instituições para a sustentabilidade; e, finalmente,
i	Espacial: equidade nas relações inter-regionais.

Fonte: Elaboração própria do autor, com base em Guerra (2006).

Este artigo envolveu a pesquisa bibliográfica e documental, além dos procedimentos da história oral e da observação participante, para captar histórias, sentimentos e conclusões dos que militam por uma cidade sustentável. Mesclando ação e reflexão, acompanhei reuniões e manifestações dos movimentos, especialmente do Comitê Popular da Copa e do Conselho de Apoio ao Ministério Público de Parangaba. Conversei, pedi esclarecimentos, gravei entrevistas com 72 pessoas (Anexo) e fiz anotações. Esta foi a época mais rica do trabalho de campo e que resultou em importante material de apoio de aplicação da observação participante, que mantém, quanto ao conhecimento, atitude praxiológica e “supõe uma interação de ação e reflexão” (BARBIER, 2004, p. 80).

A esta introdução, seguem-se as seções que examinam as características de Fortaleza e suas opções, o crescimento urbano desordenado, a pressão dos movimentos sociais por áreas verdes e as considerações finais.

2 CARACTERÍSTICAS E OPÇÕES DE FORTALEZA

Fortaleza ocupa uma área de 314km² no litoral do Ceará, banhada ao Norte pelo Atlântico. Características marcantes da cidade são suas praias de areias de neossolos quartzênicos, a temperatura média de 26,6°C, a movimentação atmosférica comandada pela Zona de Convergência Intertropical a proporcionar ventos e brisas marítimas. Os solos arenosos ocorrem, para além de dunas e praias, até o início da vegetação e também nos setores dos tabuleiros pré-litorâneos. É banhada pelos Rios Cocó, Ceará, Maranguapinho e Coaçu, sendo as lagoas uma constante na paisagem, formadas por afloramento do lençol freático; porém, na maioria delas, registra-se completa destruição da mata ciliar original (SOUZA, 2009).

Na cidade fundada pelos holandeses, Pero Coelho de Souza erguera, em 1603, o Fortim de São Tiago. Nove anos depois, Martim Soares Moreno erigiu o Forte de São Sebastião, próximo ao Rio Ceará. Dessas duas edificações não restaram registros arquitetônicos. Com o domínio de todo o Nordeste pelo reino da Holanda, aqui aporta Matias Beck, que constrói o Forte Schoneborch (1649). Ao retomarem o território, os portugueses deram-lhe por nome

Forte Nossa Senhora da Assunção. Hoje, reformado, o prédio sedia a 10ª Região Militar (BEZERRA, 2009) (Foto 1).

Fortaleza nasce vinculada à necessidade de proteção do território, às margens do Riacho Pajeú, com o formato de meia lua voltada para o mar, como a maioria das cidades da América Latina (SOUZA, 2011), no interesse do colonizador. Abandona seu traçado ecológico de crescimento respeitando as margens dos riachos e lagoas para seguir o modelo quadrangular, adotado no Velho Mundo, por estratégia dos donos das terras das cidades, na revolução industrial (MUNFORD, 1961).

Sua população cresce em decorrência das invasões, ora por desabrigados pelas chuvas, ora por flagelados das secas. Desta, a mais traumática talvez tenha sido aquela decorrente da seca de 1877, quando a cidade saltou de 25 mil para 114 mil habitantes (SAMPAIO; SOUZA NETO; LIMA, 2009) e, ainda, foi açoitada por uma epidemia de varíola, tragédia narrada por Rodolfo Teófilo em *A fome* (TEÓFILO, 1979). As cheias deslocaram vagas de migrantes do interior para a capital, em sucessivas ocasiões.

Foto 1 – Centro de Fortaleza (2012)



Fonte: Foto do autor. O Forte Schoneborch, à esquerda, é um dos marcos da origem da cidade. As vias, o Mercado Central e uma indústria encobrem a foz do Riacho Pajeú.

Durante quase dois séculos Fortaleza permaneceu como cidade meramente administrativa, militar, com a função primordial de defesa do território, uma capital sem economia. Conforme a divisão da História do Brasil proposta por Oliveira (2008 apud OLIVEIRA, 2011), foi a fase de isolamento relativo. No sertão subordinado à criação de gado, Aracati e Icó abasteciam os mercados da zona canavieira. Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Sobral e Camocim floresceram e se consolidaram, notadamente, no ciclo do algodão, matéria-prima requerida pela revolução industrial. O Brasil chegou a fornecer à Inglaterra 10% do algodão que esta importava de todo o mundo, como também aos Estados Unidos, na Guerra da Independência (CISIAS, 2009). A capital consolida sua hegemonia com a instalação das ferrovias Cariri-Fortaleza (1926) e Sobral-Fortaleza, em 1934 (COSTA, 1988), além da Rodovia Transnordestina, hoje BR-116.

Com tal pujança econômica, Paris passa a educar os filhos da elite. De lá eles trazem influências que vão se corporificar na Padaria Espiritual (literatura e outras artes) e na urbanização de Fortaleza. No Velho Mundo, “o movimento do capital se especializara em multiplicar-se tirando proveito do processo de urbanização decorrente da revolução industrial que buscava mão de obra no campo” (MUNFORD, 1961, p. 571). Da Europa vêm as diretrizes do ordenamento urbano de Fortaleza, de modo que Antônio José Silva Paulet faz seu primeiro plano urbanístico abandonando a tendência de crescimento ao longo do Riacho Pajeú e adota o estilo quadrangular. Diretriz seguida por Adolfo Herbster (1843-1859), que tomou Paris como modelo, em 1875, e estabeleceu os limites do Centro (COSTA, 1988) que prevaleceram por cerca de 100 anos, após o que começou um processo do qual resultou a atual cidade multipolar, com o parcial abandono do Centro. Herbster deixou uma planta para a expansão de Fortaleza abandonada, mas prosseguiu a ocupação que seguiu as diretrizes de Silva Paulet; em consequência, a vegetação original de Fortaleza foi quase totalmente destruída.

3 EXPANSÃO DESORDENADA

Tudo cresce de forma superlativa nesta cidade, com exceção da cobertura vegetal nativa, que quase desaparece, e esta corresponde à dimensão ecológica do desenvolvimento (GUERRA, 2006). Em 1968, 65,79% dos seus 314km² eram ocupados por áreas verdes originais. Em 1990, 16,64%; e em 2002, 7,06%. Apenas 34 anos depois, sua cobertura vegetal original encolheu 63%, conforme os dados do *Inventário ambiental de Fortaleza* (FORTALEZA, 2003).

A deterioração do meio ambiente provocada pela expansão urbana continuou, apesar de um estudo realizado, entre 2011 e 2012, pela Universidade Estadual do Ceará para a Secretaria de Meio Ambiente, mostrar um duvidoso índice de 16,96% de áreas verdes em Fortaleza. No entanto, é impossível comparar tal percentual ao anterior por utilizar conceitos e métodos diferentes, além do fato de ainda não ter sido publicado. A única apresentação do “Mapeamento das Áreas Verdes de Fortaleza” ocorreu em audiência pública na Câmara Municipal em 26.3.2013, na comemoração do Dia da Árvore.

Vem de longe a prática de desmatar e soterrar riachos e lagoas. Quando o aterramento não é total, deixa suas margens de tal forma exíguas que praticamente desaparecem as matas ciliares ou Áreas de Proteção Permanente (APP) – que no espaço urbano são áreas verdes, por definição. Para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), área verde é o espaço de domínio público que “desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização” (BRASIL, 2010). Elas estão previstas no Código Florestal, Lei 4.771/65 (BRASIL, 1965), na Lei 12.522/95, de 15.12.95 (CEARÁ, 1995), e na Lei 7.893 (FORTALEZA, 1996).

Esta última lei estabelece as áreas de preservação municipais, por exigência do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza, Lei 7.091, de 16.1.92, D.O.M de 20.1.92 (FORTALEZA, 1992). Sem respeito à APP e sua mata ciliar, o espelho d’água tende a desaparecer, como já ocorreu com os Riachos Pajeú, Jardim América, Tauape e outros. Entre as lagoas importantes não existem mais as do Jacarecanga, Três Corações, Lagoa Seca (Pirambu),

Jacaré e Lagoa Grande (ou do Gengibre, na Cidade 2000), e se encontra em franco aterramento a Lagoa Seca, a jusante da Lagoa da Maraponga.

Atualmente, o Riacho Pajeú está invisível sob as casas, os edifícios, os quintais e as ruas, embora irrompa indomável em dias de chuva, alagando ruas e avenidas. Nos dias normais, o fortalezense só o percebe em três trechos, canalizado e poluído: na Praça das Esculturas, nos jardins do Paço Municipal e no Mercado Central, onde desaparece e deságua no oceano.

O tipo de transporte exigiu ruas adaptadas, sucessivamente, ao coletivo de tração animal; aos automóveis; e aos bondes elétricos, hoje predominando o automóvel. Há trinta anos, eram 104.097 veículos nas ruas. No fim de 2010, a cidade chegou a 707.731 carros (CEARÁ, 2011). Consoante observado, a necessidade de transporte esteve intimamente ligada à industrialização.

Conforme Souza (2011), o crescimento urbano de influência europeia prevalece no século XIX e até 1920, em toda a América Latina. Daquele ano até 1970, o Brasil adota a substituição de importações, as cidades se industrializam, cresce o êxodo rural e aumenta o número de bairros proletários e de favelas em Fortaleza. Entretanto, os conjuntos habitacionais não absorvem os pobres, surgem bairros ricos fora do Centro, a polarização de áreas pobres e áreas ricas (Aldeota), os bairros fora do perímetro urbano, sendo o primeiro exemplo o Porto das Dunas.

Ademais, a população proletária e favelada eleva-se, também, por fatores antrópicos, dentre eles o incentivo às empresas agrárias, e

parte da superpopulação relativa no campo, como membros não remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações [...] são lançadas ao “rebotalho da sociedade” – o lumpesinato – constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 103).

Uma nova fase de urbanização das metrópoles latino-americanas (anos 1970 até hoje) está relacionada à opção dos governos por políticas neoliberais e consolida a fragmentação socioespacial das cidades iniciada na fase anterior (SOUZA, 2011). As atividades econômicas prevaletentes nos períodos colonial, do Império e da Primeira República perderam significação.

Ficou na cultura local o gosto pelo bordado e pela costura (a que faz referência à música “Mulher rendeira”), daí sua indústria de confecção. No fim do século XX, Fortaleza entra na globalização como destino turístico, partícipe dos fluxos de informação e exportadora de produtos primários, embora ainda conserve algumas marcas próprias. Para Bernal (2004), os resultados só beneficiaram uma minoria. Em decorrência, entrou em cena o “mercado de terrenos urbanos determinante na concentração seletiva de grupos sociais” (SOUZA, 2011, p. 47). Sua ação levou certos espaços à obsolescência, propiciou a valorização de novas áreas urbanizadas (BERNAL, 2004) e gestou outra indústria importante: a da construção civil.

Como consequência desse percurso histórico, Fortaleza perdeu parte significativa das suas áreas verdes (FORTALEZA, 2003). São áreas verdes o entorno de riachos, rios e lagoas, parques e espaços arborizados, naturais ou não, destinados aos papéis ecológico e paisagístico, à recreação, ao lazer e à contemplação.

Neste contexto, surge o movimento ambiental com suas demandas, pressionando para mudanças na postura tanto das autoridades quanto da população para com a cidade. As “pessoas comuns, os filhos de Deus” constataam que a cidade em que navegam é “uma canoa furada”, e saem “remando contra a maré”, como na música “Nem luxo, nem lixo” (LEE; CARVALHO, 2011). Este é um indicador de que pelo menos parte da população não está narcotizada pelo progresso e se organiza em movimentos sociais em prol de uma cidade sustentável.

4 A PRESSÃO POR ÁREAS VERDES

Essa situação de Fortaleza levou segmentos da sua população a reagir, a partir de meados dos anos 1970, no movimento social ambiental, reivindicando a criação e delimitação do Parque do Cocó (NOTTINGHAM, 2006). Segundo Sherer-Warren (1999, p. 15-16), os movimentos sociais são

um conjunto abrangente de práticas sociopolíticas que visam à realização de um projeto de mudança. São o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político ou com múltiplas práticas efetivas.

atuação de ambos, com apoio de professores da Universidade Federal do Ceará e de entidades científicas locais e nacionais, a prefeitura desistiu de implementar a capinação química, manteve os coqueiros na beira-mar e criou o Parque Adahil Barreto, a Área de Proteção Ambiental do Rio Cocó e a APA do Rio Ceará.

Como instrumentos de pressão e mobilização, essas entidades promoveram shows, piqueniques ecológicos, atos públicos, divulgação de estudos, notícias e até campanhas publicitárias gratuitas na mídia, além do diálogo com as autoridades. Em 1989, o governo do Estado anuncia o Parque Cocó e, em 1993, declara de interesse social para fins de desapropriação as terras compreendidas entre a BR-116 e a foz do rio, perfazendo um total de 1.155,2ha. Em 2008, um grupo de trabalho com representação do governo e da sociedade civil pactuou uma nova poligonal pela qual o parque ficaria com 1.312ha, porém este continua sem limites oficiais e é “comido pelas beiradas” pela indústria imobiliária que ali instala habitações e negócios, enquanto o poder público constrói pontes que fatiam “o maior parque urbano da América Latina”, *slogan* da publicidade oficial.

Nesse âmbito, as diversas forças sociais da cidade instituem o Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, preparam estudos que levam para a Conferência Rio 92 e com os quais influenciam governo e prefeitura. O fórum e seus movimentos contribuem no processo de elaboração da Constituição Estadual, na criação de órgãos como a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará e dos conselhos estadual e municipal de meio ambiente, COEMA e COMAM.

Essa foi uma fase importante, conforme os entrevistados, porque a representação da sociedade civil intervinha com estudos e análises dos EIA-RIMA e de projetos governamentais que se contrapunham à visão oficial, o que dava alternativas de análise aos demais conselheiros. Nesse embate com o poder, perderam a cadeira no COEMA. Dizem, porém, os entrevistados, que o COMAM tem funcionamento irregular e sem relevância para os destinos da cidade. Os movimentos ambientais reivindicam, sem êxito, a criação do Conselho da Cidade, previsto no Estatuto das Cidades.

Em 2007, os movimentos ambientais uniram-se contra a construção da Torre Iguatemi Empresarial, na APP do Parque Cocó. Foram feitas várias manifestações, como a dos jovens nus em uma corrida no estacionamento do Shopping Iguatemi, e outra em show de Caetano Veloso. Resultaram prisões, posterior liberação dos jovens e uma divisão das entidades. Paralelamente, o Instituto Brasil Verde organizava a 1ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, que congregou os movimentos na Frente Ecológica de Fortaleza e coordenou esta e a jornada de 2008. Nessas condições, o Movimento SOS Cocó chamou os demais para a coleta de assinaturas para respaldar a retirada da licença de construção da Torre do Iguatemi. Contudo, a prefeitura de Fortaleza se dizia impedida de suspender a licença. Havia interpretação contrária, de outros movimentos, a coleta de assinaturas fracassou e a torre está funcionando. Quanto às jornadas, deixaram a Frente e o estudo entregue aos candidatos a prefeito, em 2008, a Plataforma Ambiental para as Áreas Verdes de Fortaleza.

O movimento ambiental atuou nas praias, criou o Fórum da Zona Costeira e em defesa das águas, com o Movimento SOS Lagoas, de que foi expressão o SOS Lagoa de Parangaba, entre 1987 e 1988, quando os bairros adjacentes se reuniram e impediram construções na APP da lagoa. Outra iniciativa foi o Movimento SOS Lagoa da Maraponga, que juntou nove bairros e barrou, nas margens desta, 1.558 apartamentos do Loteamento Parque Maraponga. Essa campanha reuniu também as entidades do Centro e partidos políticos de esquerda, entre 1989 e 1991, tendo como resultado a criação do Parque Ecológico Maraponga. Enquanto as duas lagoas permanecem poluídas e com eutrofização de intensidade variável, conforme a intensidade das chuvas a cada ano e a época de observação, a prefeitura faz limpezas paliativas.

Como o Movimento pelo Parque Ecológico Parreão, entre 1991 e 1992, evidenciou-se a importância da mobilização de forças sociais de um bairro classe média e a influência de um jornal comunitário para conseguir melhorias para a coletividade. O movimento começou com a insatisfação dos moradores do Planalto Rodoviário pedindo a limpeza, o saneamento e a tubulação do Riacho Parreão, confundido como esgoto a céu aberto atrás da

rodoviária. Um arquiteto doou o projeto, houve negociações com a prefeitura e foi instalada a primeira de três etapas do parque. Hoje, a etapa três está depredada e na segunda, a prefeitura construiu moradias para os habitantes da favela Maravilha, nos anos 2000, sem o padrão previsto originalmente.

Em 1995, moradores do Joaquim Távora reuniram-se no Movimento Proparque, contra o aterro do Parque Ecológico Rio Branco, com materiais de construtoras. Abaixo-assinados, denúncias na imprensa, shows e outras manifestações, reuniões com autoridades, eventos culturais são instrumentos de pressão utilizados. Por fim, o movimento conseguiu reformas no estilo tradicional da prefeitura: instalação de piso adequado, anfiteatro, brinquedos infantis, área para exposições, campo de futebol comum e de praia. O quadro atual mostra algumas desapropriações não pagas, totalmente poluída a nascente do riacho Rio Branco, o projeto original jamais implementado e o aterro não retirado. Sobre ele, o Movimento Proparque plantou o Jardim da Paz de Fortaleza. Seu ganho é o melhor uso do parque pela população que nele já não deposita entulho.

Outra iniciativa surgiu no Bairro Serrinha, que iniciou o Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, que atua desde 1996 em defesa daquele manancial, sem êxito, pois suas margens continuam tomadas por construções. Sobre a nascente, a prefeitura permitiu a construção de um posto de gasolina. Sobressai, também, o movimento dos moradores do Bairro Antônio Bezerra, em 1983, reivindicando um centro cultural na casa onde Rachel de Queiroz escreveu *O quinze*. Posteriormente, a ideia evoluiu para o Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz, que desde 2006 pleiteia o Parque Rachel de Queiroz. Este ligará o que resta de margens dos Riachos Cachoeirinha e Alagadiço e beneficiará quinze bairros e quase meio milhão de pessoas, totalizando 500ha.

Cabe mencionar, ainda, o Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio, que também está na mobilização pelo Parque Rachel de Queiroz. Este polo é banhado pelo Riacho Alagadiço. Referido movimento surgiu em oposição a um ginásio poliesportivo no polo, após informação que chegara à Associação Comunitária dos Bairros Ellery e Monte Castelo,

e reuniu entidades de vários bairros do oeste da cidade em um enfrentamento direto com a administração municipal. Via enquete, as pessoas disseram o que queriam no Polo de Lazer, em prioridades de 1 a 10. O ginásio obteve o 7º lugar e o anfiteatro, o 9º.

Embora a prefeitura tenha recuado, o polo continua depredado, sem vigilância. O Projeto Drenurb canaliza os rios e suas margens com recursos do Banco Mundial e da prefeitura, que recentemente vendeu para uma empresa invasora terreno da área do parque. A experiência nessa luta mostra decepções com políticos, população amedrontada como resquícios da ditadura militar e prejuízo ao movimento, por empregos na prefeitura. Esta separa áreas relacionadas, de modo que, ao ganhar projeto de habitação, o movimento recuou na luta ambiental.

Cabe ainda ressaltar: um particular danificou com trator a parede do Açude Osmani, no Mondubim, extrapolando a licença obtida. Este foi o estopim do Movimento pela Área Verde do Sítio Córrego. Com área de 3,48ha, o açude integra a área verde no total de 12,64ha do Loteamento Arvoredo, segundo informação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (SEINF), da prefeitura de Fortaleza. Formado pelo barramento do Riacho Córrego, da Bacia Metropolitana, o açude detém uma bacia hidrográfica de 8km², extensão pelo coroamento de 181,60m, e seu sangradouro original era de 20m, além de possuir 102.000m³ de capacidade estimada de armazenamento (CEARÁ, 2002). Inesperadamente, o açude desapareceu, resta um filete de água poluída. Desde 2002, o movimento atua sem êxito, apesar do apoio do Ministério Público Estadual, inúmeros ofícios tramitando entre secretarias estaduais e municipais (CEARÁ, 2002, 2009).

Também como parte dos movimentos, um ex-presos político deu início ao Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca com famílias expulsas que queriam retornar para suas moradias. Em um desses despejos, em 1979, um garoto fora soterrado. O movimento começou com piquenique ecológico, e, em 1983, conseguiu obra para evitar enchentes na Cidade 2000, escola para descendentes de índios e negros, manutenção do Maracatu, mas não evitou que a Avenida Santos Dumont aterrassse a Lagoa do Jacaré e interrompesse o fluxo das águas da Lagoa do Gengibre e do Papicu para o Riacho Maceió e para o mar.

Um “Abraço no Parque”, em 2009, do qual participaram 700 pessoas e houve até sobrevoo de um helicóptero e filmagem, marca o maior evento do Movimento pelo Parque Guararapes. Foi grande a cobertura da mídia, as redes de TV tomando imagens aéreas. Um membro enfronhado na administração municipal e em empresa de limpeza facilitou e ainda facilita certas medidas de cuidado para com o parque. O Grupo C. Rolim plantou 1.500 mudas. Carro de som, panfletos e reuniões nos condomínios são outros meios utilizados para facilitar a participação. Iniciado em 1999, o movimento encontra dificuldades e queixa-se de que as pessoas da classe média não exercem sua cidadania.

Mais uma iniciativa por áreas verdes é o Movimento pelo Pulmão Verde do Siqueira. Apesar de a área ser da prefeitura e das manifestações de cerca de 1.500 alunos e seus professores na Caminhada e Abraço ao Pulmão Verde, em 2008, até agora não se obteve êxito. O movimento motivou as Jornadas por áreas verdes, e, dessa forma, contribuiu para rearticular o movimento ambiental e a Frente Ecológica. Já o movimento pela APA e pelo Parque da Sabiaguaba foi disperso no tempo. Para os entrevistados, a criação das duas unidades de conservação, em 2005, constitui uma vitória da articulação do Movimento SOS Cocó com pesquisadores e estudantes da UFC e com o grupo político que elegeu Luizianne Lins prefeta de Fortaleza.

Destaca-se, também, o Movimento pela Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré, cuja história constitui uma vitória da tenacidade das suas lideranças que enfrentaram fiéis da Igreja Católica e pouca cidadania no Bairro Passaré, mas jogaram com informação e aliança política. Conseguiram que o terreno público continuasse de uso coletivo. Já a Brigada Antônio Conselheiro reúne adultos e jovens em uma luta que alia moradia e meio ambiente. O grupo estuda a cidade, analisa os passos da especulação imobiliária, a que se contrapõe, e se profissionaliza para permanecer independente de políticos, fortalecido por refinada consciência política.

Ressalta-se, ainda, o Movimento Salvem as Dunas do Cocó, o qual é mobilizado pela violência de tratores sobre as dunas, no Natal de 2008. Literalmente atônitas, as pessoas se lançam na frente e param as máquinas. Aos poucos, articularam-se, recorrem ao

Ministério Público Federal, aos parlamentos e a outros órgãos da República, fazem abaixo-assinados e várias manifestações, inclusive na Câmara Municipal, onde a Lei 9.502/09 criou a Área de relevante interesse ecológico (Arie) Dunas do Cocó (FORTALEZA, 2009). No entanto, a vitória ainda está por se consolidar, pois os donos do terreno interpuseram ações de diferentes tipos e argumentos, inconformados com a restrição ao uso das terras.

Embora sem uma ação específica e unicamente ambiental, o Grupo Crítica Radical foi contemplado na pesquisa por seus membros terem participado de ações que resultaram na criação das APA dos Rios Cocó e Ceará, do SOS Lagoa de Parangaba e do Movimento SOS Cocó na campanha contra o edifício Empresarial Iguatemi. Para esse grupo, o capitalismo está na base da crise ambiental, daí os métodos de ação conflituosos com outros que acreditam no diálogo suave e não vão à origem dos males sociais. Concepção e métodos antagônicos levaram à ruptura do movimento, em 2007, conforme relatado.

Como ressaltado, a participação do movimento ambiental em fóruns governamentais como o COEMA, o COMAM e Agenda 21 levou-o a decepções, “dada a burocratização e seus [do Estado] mecanismos desagregadores, e a disputa por recursos” (SANTOS, 2008, p. 34). Ainda assim, o movimento participa desses fóruns e avalia. Há menos pessoas militando na causa ambiental e menos entusiasmo, ao se comparar a situação atual com a origem do movimento, dizem os entrevistados, fato que militantes e técnicos explicam pelas poucas oportunidades de trabalho que limitam jovens e adultos, e o Estado com grande poder de empregar em suas três esferas.

Nos depoimentos, militantes e profissionais manifestam perplexidade ante a devastação, até contornável, pois o sistema de rios e lagoas poderia ter ajudado na urbanização; aludem a uma postura decorrente da forte presença de comerciantes na cidade, donde viria uma mentalidade de constante renovação, de gosto pela novidade; observam a melhoria da renda a favorecer o consumo, ainda que “um consumo *made in China*”, e afastar a população das causas coletivas, colocando para o movimento ambientalista a missão de trabalhar as consciências. Trata-se de um campo de pesquisa em aberto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama de devastação ambiental aqui traçado coincide com Viana e Rodrigues (1999), cuja pesquisa conclui ter Fortaleza forte índice de propensão à desertificação. A reação dos movimentos ambientais mostra cidadãos atentos ao seu bem-estar e à construção da cidade sustentável, e o poder público pouco sintonizado com os anseios da coletividade. A insensibilidade do poder público e a pouca adesão das pessoas ao movimento ambiental sugerem estudos aprofundados que identifiquem suas causas.

Com este artigo, pretendemos oferecer uma visão panorâmica do movimento ambiental de Fortaleza, cidade cuja história é marcada pelos requerimentos da economia, fato comum a territórios da periferia mundial. Aos anseios do seu povo se contrapõem as imposições do capitalismo central desde o surgimento desse sistema.

Nossa hipótese inicial de que a cidade cresce à margem do conceito de desenvolvimento sustentável parece se confirmar na perspectiva ecológica, com a perda quantitativamente relevante da sua cobertura verde original. A perspectiva econômica explica, em grande medida, o aproveitamento máximo do solo em detrimento das outras vertentes do desenvolvimento.

Falta, na prática, uma consistente política de preservação. Consoante se constata, a administração pública decidiu deixar a cidade sem áreas verdes, ativamente e por omissão, ao ignorar a solidariedade intergeracional e o ambiente como bem comum do povo, princípios inscritos na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004. 159 p. (Série Pesquisa em Educação, v. 3).

BERNAL, M. C. C. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BEZERRA, D. M. F. Ocupação da cidade de Fortaleza a partir do Brasil Colônia. In: SAMPAIO, J. L. F.; SOUZA NETO, M. F.; LIMA, A. E. F. (Orgs.). **Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BRASIL. Resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 61, 29 mar. 2006, p. 150-151. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=2006>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 16 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 2011.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, A. M. P. de. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 16-26, 2008. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs_v39n1a2.pdf>. Acesso em: 1º set. 2011.

CEARÁ. Ministério Público. **Processo nº 11.611, de 2009**. Fortaleza: Procuradoria Geral de Justiça, 2009.

CEARÁ. Registro nº 114, de 2002. In: _____. **Procedimento administrativo**. Fortaleza: Procuradoria Geral de Justiça, 2002.

CEARÁ. Lei nº 12.522, de 15.12.95. Define como áreas especialmente protegidas as nascentes e olhos d'água e a vegetação natural no seu entorno e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 28 dez. 1995.

CEARÁ. Departamento Estadual de Trânsito do. **Estatísticas**. Fortaleza, [20--]. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=1317b9d21f4a5685&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/?ui%3D2%26ik%3D3153568363%26view%3Datt%26th%3D1317b9d21f4a5685%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26zw&sig=AHIEtbRv2sT7DGcZCX-zqtQ79OQriAuxrg&pli=1>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

CISIAS, F. C. A. A fragmentação urbana da cidade de Fortaleza a partir do seu papel funcional inserido nos vários circuitos do capital. In: SOUSA NETO, M. F. de et al. **Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 37-54.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSTA, A. S. **Demandas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza**. 2011. 360 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

COSTA, M. C. L. da. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

FORTALEZA. Lei 7.061, de 16.01.92. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, 20 jan. 1992.

FORTALEZA. Lei 7.893, de 2 de maio de 1996. Dispõe sobre ocupação da zona especial área de preservação instituída pela lei 7061. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, Fortaleza, n. 10.858, 22 maio 1996.

FORTALEZA. Lei nº 9502, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Dunas do Cocó e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município**, Fortaleza, CE, 7 out. 2009. Suplemento ao nº 14.160.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Inventário ambiental de Fortaleza: diagnóstico versão final**. Fortaleza, 2003. 1 CD ROM.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

GUERRA, S. **Direito internacional ambiental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia:** uma contribuição ao estudo da política internacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 208 p.
- LEE, R.; CARVALHO, R. de. **Nem luxo, nem lixo.** Disponível em: <<http://www.letras.com.br/rita-lee/nem-luxo-nem-lixo>>. Acesso em: 11 jul. 2011.
- MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MUNFORD, L. **A cidade na história.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.
- NOTTINGHAM, P. C. **Tempos verdes em Fortaleza:** um olhar sobre a experiência do movimento ambientalista (1976-1992). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ODUM, E. P; BARRET, G. W. **Fundamentos de ecologia.** Tradução de Pegasus Sistemas e Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- OLIVEIRA, A. A. de. **Para uma socioeconomia política da transição:** possibilidades e limites da socioeconomia solidária. 2006. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- OLIVEIRA, F. L. P. de. Frações de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 4, p. 713-734, out./dez. 2011.
- SAMPAIO, J. L. F.; SOUZA NETO, M. F.; LIMA, A. E. F. (Orgs.). **Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento.** Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- SANTOS, R. B. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: Unesp, 2008.
- SHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. 95 p.

SIRKIS, A. **Ecologia, urbanização e poder local**. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999. 314 p.

SOUZA, J. M. G. de. **Desconcentração de serviços de alto nível em Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. 298 p. (Série Teses e Dissertações, n. 22).

SOUZA, M. J. N. de et al. **Diagnóstico geoambiental do município de Fortaleza**: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo: PDPFor. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

TEÓFILO, R. **A fome**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1979. (Coleção Dolor Barreira, n. 2).

VIANA, M. O. L.; RODRIGUES, M. I. V. Um Índice Interdisciplinar de propensão à desertificação (IP): instrumento de planejamento. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 164-194, jul./set. 1999.

ANEXO

PESSOAS ENTREVISTADAS, POR MOVIMENTO

1) Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema): Francisco Flávio Torres de Araújo, Marília Lopes Brandão, Samuel Moraes Braga, José Borzachiello da Silva e Adalberto Alencar.

2) Movimento SOS Cocó: Marília Lopes Brandão, Maria de Fátima Limaverde Costa, Vanda Claudino Sales, João Alfredo Telles Melo, Zacharias Bezerra de Oliveira, Célia Guabiraba, Fátima Guabiraba, João Francisco Saraiva Leão, Josael Jario Santos Lima, Antonio Jeovah Andrade Meireles, Marcus Vinicius de Oliveira, Vólia Aires Barreira Guedes, José Liberal de Castro e Adalberto Alencar.

3) Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Vanda Claudino Sales, Jeovah Meireles, Ednaldo Vieira do Nascimento, João Francisco Saraiva Leão, Josael Jario Santos Lima, Arnaldo Fernandes Nogueira, Marcus Vinicius de Oliveira e Vólia Aires Barreira Guedes.

4) Frente Popular Ecológica: Arnaldo Fernandes Nogueira, Ednaldo Vieira do Nascimento, João Francisco Saraiva Leão, João Alfredo Telles Melo, Josael Jario Santos Lima e Vólia Aires Barreira Guedes.

5) Movimento SOS Lagoa de Parangaba: José Jeovah Sampaio Natalense (Jeovah Pedra), Roberto Veras Pedrosa, Adail Cândido da Silva, Lúcia Maria Feitosa Ferreira e Pe. Francisco Eloy Bruno Alves.

6) Movimento SOS Lagoa da Maraponga: Sílvia Helena Lopes Rebouças, Maria de Nazaré Félix, João Barroso Filho, Maria de Fátima Feitosa de Sousa, João Alfredo Telles Melo, Antonio Geraldo Ricardo, Joaquim Cartaxo Filho, Napoleão Ferreira da Silva Neto, Irmã Sisleide Castro Nunes, Irmã Rosineuda Magalhães Rocha, Eurenice Rodrigues Guimarães e Pablo Everton Guimarães.

7) Movimento pelo Parque Ecológico Parreão: Inês Prata Girão, Francisco Luiz Muniz Deusdará, Antonio Durval Ferraz Soares.

8) Movimento Proparque [pelo Parque Ecológico Rio Branco]: José Luiz Eleutério Melo, José Maia Ferreira da Silva e Maria Luísa Vaz Costa.

9) Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba: Ademar da Silva Rodrigues, Elias José da Silva e Edmar Sousa.

10) Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz: Leonardo Furtado Sampaio e José Sales Costa Filho.

11) Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio: José Sales Costa Filho, Liliana Uchoa Landim e Aguinaldo José de Aguiar.

12) Movimento pela Área Verde do Sítio Córrego [Mondubim]: Maria de Lourdes da Silva Barbosa.

13) Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca: Fabiane Cunha

14) Movimento pelo Parque Guararapes: Ronaldo Ferreira Pessoa e Maria Helena Lage Pessoa.

15) Movimento pelo Pulmão Verde do Siqueira: Antonio Elinaudo Daniel Barbosa e Francisco Roberto Sabino.

16) Movimento pela APA e pelo Parque da Sabiaguaba: Luciana Campos, José Cordeiro Albano, Rusty de Castro Sá Barreto e Rozimar Maurício de Souza.

17) Movimento pela Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré: Roberto Veras Pedrosa, Carlos Alberto Alves de Sousa e Humberto Carvalho Ramos.

18) Brigada Antonio Conselheiro: Paulo Sérgio Farias.

19) Movimento Salvem as Dunas do Cocó: Tallius de Oliveira Vasconcelos, Nayanna Goes Gomes de Freitas, João Alfredo Telles Melo e Galba Freire Mota.

20) Grupo Crítica Radical: Rosa Maria Ferreira da Fonseca e Maria Luiza Menezes Fontenele.

Entrevistados para a avaliação do crescimento de Fortaleza: José Borzachiello da Silva, Luís Renato Bezerra Pequeno, Marcus Vinicius Pinto de Lima, Napoleão Ferreira da Silva Neto, João Alfredo Telles Melo, Francisco Luiz Muniz Deusdará, Alessandro Wilckson Cabral Sales, Deodato José Ramalho Júnior e Alexandre Araújo Costa.